



ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO – CMSPV, REALIZADA NO DIA QUINZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

No dia quinze de julho de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, reuniram-se para a quarta reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, de forma presencial, em período vespertino, no auditório do Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia – IESPRO, situado na Avenida Imigrantes, nº 4025, bairro Industrial, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia. A plenária do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelas Leis nº 8080/90 de dezenove de setembro de mil novecentos e noventa; nº 8.142/90 de vinte e oito de dezembro de mil novecentos e noventa; e pela Lei Complementar Municipal nº 433/11, de vinte e quatro de outubro de dois mil e onze, reuniu-se sob a coordenação do Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Robinson Cardoso Machado Silva, representante titular da entidade Núcleo de Apoio à Criança com Câncer – **NACC**. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Jaime Gazola Filho, titular da Secretaria Municipal de Saúde – **SEMUSA**; Gracilene Pimenta Brito Rocha, titular da Secretaria Municipal de Educação – **SEMED**; Laís Reis de Castro, suplente da **SEMED**; Sabrina Bianca Porfírio do Carmo Oliveira, titular da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – **SEMASEF**; Iza Gurgel da Silva, titular da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde – **SEMS/RO**; Marco Túlio de Miranda Mulin, suplente da **SEMS/RO**; Diogo Nogueira do Casal, titular do Conselho Regional de Enfermagem – **COREN/RO**; Noeli Nunes de Lima, suplente do Conselho Regional de Serviço Social – **CRESS**; César Augustus W. de Oliveira, titular do Conselho Regional de Medicina – **CREMERO**; Maria Rita do Perpetuo Socorro Araújo Soares, titular da Associação Rondoniense de Renais Crônicos Transplantados e Diabéticos – **ARRCT**; Mário Yasuo Kashimoto, suplente da **ARRCT**; Rômulo Ferreira Nunes, suplente do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais e Classe – **SINTES**; José Alves de Almeida Junior, titular da Grande Loja Maçônica do Estado de Rondônia – **GLOMARON**; José Odair do Nascimento Marciel, titular da Associação dos Deficientes Visuais de Rondônia – **ASDEVRON**. Participaram como convidados: Caris Regina Valença, assessoria técnica da SEMUSA; Daniele C. S. Ramos, Diretora do Departamento de Planejamento da SEMUSA, representantes da empresa INPENSAM; e, posteriormente, Sid Orleans, Superintendente Estadual do Ministério da Saúde – **SEMS/RO**. A reunião foi iniciada pelo Presidente Robinson/NACC, que solicitou a plenária que dessem atenção ao pedido do Secretário Jaime Gazola/SEMUSA, que gostaria de esclarecer sobre o item 3.2.8 da pauta do dia. Mas alerta que só vão ouvir, senhores conselheiros, se algum conselheiro quiser pedir a palavra depois, fique à vontade, a palavra vai ser franqueada a todos, mas não haverá voto nesse momento, a gente vai seguir a pauta. A plenária concede o tempo solicitado. O Secretário Jaime Gazola/SEMUSA, eu pedi para fazer uma explanação antes de começar a reunião, como se a gente fosse fazer uma reunião pré-trabalho, para eu entender um pouco do pensamento de vocês, e para vocês não virem antes da reunião, até para, de repente, a gente fazer um juízo de valor mais adequado, um juízo de valor daquilo que vocês pensam que é mais justo, mais correto, mas, de qualquer forma, a gente estará de pé e à ordem é para tirar todas as dúvidas e discutir as possíveis soluções para os nossos problemas. Ainda na campanha do prefeito Léo Moraes, ele sempre teve uma pauta pró-servidor, e ele ganhou a eleição muito em cima dos servidores do município de Porto Velho. Iniciou o mandato, ele já fez alguns aumentos, a gente já melhorou o salário dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, a incorporação deles, a gente tem um plano de trabalhar já o plano de cargos e salários. Paralelamente a isso, nós abrimos o nosso emergencial, desde 2015 se faz emergencial e, poxa, se desde 2015 vem realizando emergencial, é porque já esta na hora de abrir concurso público. Só que para a gente estartar o concurso público, a gente precisa, antes disso, ampliar o nosso serviço de saúde. A nossa emergência foi baseada, basicamente, nos vazios assistenciais do município de Porto Velho. Então, temos ali a região do Três Marias, que é o maior bairro de Porto Velho, desassistido, do Flamboyant, que é a mesma região, desassistido, Orgulho do Madeira, 15 mil pessoas desassistidas, Cristal da Calama, 17 mil pessoas desassistidas, Morar Melhor, 12 mil pessoas desassistidas. Então, a gente está falando em torno de quase 80 mil pessoas que sequer têm acesso à saúde e esse pessoal vai acabar indo para a UPA Sul, UPA Leste, no Ana Adelaide, parar no José Adelino. Então, esses ambientes acabaram virando um grande postão na ausência de uma atenção primária adequada nessas regiões. Assim que nós assumimos, sempre houve uma discussão muito forte que nós iríamos terceirizar a saúde de Porto Velho porque o prefeito de Vilhena tinha feito a terceirização da saúde de Vilhena, o qual nós somos contra e eu falei que é aquele momento que nós iríamos ser contra, que o dia que se iniciasse uma proposta para algum tipo de complementação de serviço, que é o que nós acreditamos, um modelo híbrido, onde nós temos a gestão da saúde, mas aquilo que nós não conseguimos fazer, para fazer o aumento do nosso serviço e ampliar o nosso serviço de saúde, nós estaríamos abertos. Do mesmo jeito que a gente luta para ninguém demonizar o servidor público, a gente também não vai demonizar nenhum tipo de empresa que queira contribuir com a saúde de Porto Velho. Pois bem, então qual foi a nossa ideia? Hoje nós temos no nosso orçamento 51% de gasto com o pessoal, 51,29% para ser mais exato. 51,30% já é o nosso orçamento, já é o nosso limite prudencial, acima disso, constitucionalmente, isso dá a reprovação de contas, pela lei de responsabilidade fiscal. Se for isso para a Secretaria de Saúde, não dá mais de 80% do fôlego. Isso já é destinado com dinheiro do fundo. Se for destinado com recurso próprio, acima de 93%. Então aí nós temos um impasse. Então a nossa ideia para a gente conseguir fugir do limite prudencial, aumentar a oferta de serviço para essa comunidade tão carente, era da gente fazer essa complementação de serviço de atenção primária no Três Marias, no Flamboyant, no Orgulho de Madeira, no Cristal da Calama e no Morar Melhor. Fizemos o nosso emergencial agora, daqui a um mês a gente vai fazer o chamamento, a gente está na fase de recurso, depois a fase de documentação, depois a fase de posse. E a gente conseguiu fazer uma estrutura onde nós vamos conseguir abrir o Três Marias e nós vamos conseguir abrir o Flamboyant. Isso a gente já vai fazer. Só que nós não vamos conseguir em mais de quatro anos abrir essas três unidades com recurso próprio, com recurso de folha. Então a nossa ideia é chamar o conselho aqui e previamente. Nós convocamos a mesa diretora, tivemos uma reunião com o presidente Robinson, com o vice-presidente Raimundo, falando dessa situação para eles, uma reunião muito produtiva desses estudos daquilo que nós pensamos, eles tiraram essas dúvidas e penso que concordaram com o que nós estávamos dizendo. **Nós não estamos invadindo o espaço de serviço aberto, então o objetivo não é tirar ninguém** de UPA para colocar terceirização de mão de obra, não é isso, a nossa ideia é aumentar e criar um serviço que não existe, então o servidor não vai ter qualquer tipo de prejuízo. Segundo: não é terceirização da atenção primária, nós temos mais de 40 unidades básicas de saúde, a gente está falando da abertura de três unidades muito estratégicas, então a gente vai precisar alugar um espaço, eu acho que a gente vai conseguir o dinheiro do PAC agora, mas para construir essas unidades vai demorar mais ou menos uns dois anos, mais a licitação uns três anos, então o prefeito Léo vai alugar essas unidades básicas no final do mandato dele e daqui para lá? Como é que nós vamos fazer com esse serviço? O CNES é municipal, então todos os profissionais que estarão com a empresa que vai fazer essa complementação, eles vão estar no CNES da unidade. Então desde médicos, dentista, auxiliar de saúde local, enfermeiro, técnico de enfermagem, ACS, eles vão estar dentro desse CNES. Então, nós não vamos perder recurso com isso, recurso financeiro com isso, que isso foi a

principal dúvida nossa, a principal pauta de estudo, antes de nós trazermos isso para vocês. Então, basicamente, eu queria contar esse contexto histórico, deixar claro, porque como é uma coisa muito polêmica, teve aquela situação toda com João Paulo II, queriam retirar o pessoal, colocar uma empresa terceirizada, não é essa a nossa ideia, e é fazer um chamamento onde nós vamos ver a melhor proposta de uma coisa que a gente já tem em mente, porque hoje a gente pode ter metas de melhoria de indicadores, que isso acaba tendo mais recurso financeiro para nós, mas a gente não consegue, por exemplo, gratificar ou não gratificar um profissional de saúde nosso. Com um tipo de empresa tocando essas unidades pontuais, visto pontuais, a gente pode discutir, poxa, vamos ver o indicador de preventivo, poxa, está baixo, então se o indicador estiver ali com 100%, é um recurso que eles vão receber, se estiver com 80% é outro recurso, se estiver com 50% é outro recurso. Então, essa forma de contratação onde vai ter liberdade, de acordo com os indicadores, de nós pagarmos melhor ou de nós pagarmos a menor, a depender de como estão esses indicadores. Então, a gente não tem um manual pronto disso, a ideia é que a gente abra para que eles façam a proposta, a gente faça o estudo da melhor proposta, mas aí eu preciso, assim, de forma muito tranquila, sem alarde, ver o que vocês pensam, se vocês acham que é vantagem nós abrirmos essas três unidades, eu acho que nós vamos receber mais recursos, nós vamos atender uma população muito grande que não está sendo atendida, e nós vamos ter uma capacidade de melhorar indicadores, visto que se o indicador menor ganha menos, o indicador maior se ganha mais. Então, antes de iniciar a reunião, eu vou pedir para fazer essa prévia, porque é um tema muito polêmico, muito ideológico, eu queria polemizar o menos possível e deixar isso o menos possível dentro da ideologia. O meu objetivo é, quando as pessoas falam assim, mas qual que é o seu sonho na saúde em Porto Velho? É ter filho, é não ter não? O meu sonho é que 100% da cidade esteja coberta com a saúde da nossa atenção primária. Então, a ideia inicial nossa era de cinco unidades de saúde, como eu falei, e aí acabou ficando três unidades. Com essa população que eu falei para vocês, ele vai abrir para quatro equipes de estratégia de saúde da família, duas equipes de saúde local e o prédio nós ampliáramos, visto que a gente não quer esperar a construção de unidade que vai demorar aproximadamente, entre licitação e término, três anos. Então, antes da gente iniciar, só queria ouvir um pouco o que vocês pensam, se tem algum tipo de dúvida que eu possa melhorar e retirar, se puder. **O presidente Robinson/CMSPV.** A palavra está franqueada aos conselheiros. Alguém tem dúvida? Alguém quer algum tipo de esclarecimento? Lembrando que a gente não vai montar nada ainda, só esclarecimento mesmo. A conselheira Noeli/CRESS, fala que perdeu a parte que fala da questão do local. Será alugado ou será um local que a prefeitura já tem disponibilizado? Como que será esse arranjo aí de unidade de base? O secretário Jaime Gazola responde que quando foram feitas essas unidades, lá atrás, há 15 anos atrás, era previsto para fazer a entrega com a unidade básica de saúde e com a escola. E não foi entregue. Isso causou um problema social muito sério. Então, não existe essa unidade. No PAC a gente acredita que vão ser contempladas essas três unidades e para que a unidade possa vir de forma rápida, será alugada. Nós já visitamos, eu mesmo, pessoalmente, já visitei todos os lugares, para a gente ver potenciais locais para a gente poder alugar. Orgulho de Madeira tem três locais, um que, eu não sei se vai atender todas as normas, mas tinha que atender, do Orgulho, outros um pouco mais distantes, mas ainda assim próxima. E no Morar Melhor, e o Cristal da Calama é bem tranquilo de local. De qualquer forma, o mais importante é o serviço. Nós já temos um contrato de contêiner lá com a nossa maternidade. Então, a gente poderia também fazer um aditivo e fazer até uma unidade de contêiner, se for o caso, que eu acho que não vai ser. Mas, sim, não existe uma unidade básica de saúde lá, como eu falei. Eu acho que ela deve ser contemplada nesse PAC. A gente está fazendo um esforço muito grande, andando muito em Porto Velho, mesmo com esses recursos. E a gente acredita que a gente vai conseguir fazer esse recurso cair. Então, nós faremos a licitação. Para você ter uma ideia, o espelho que eu estou recebendo hoje foi listado em 2023. Uma coisa pública não é rápida, não é uma coisa privada. Ela tem alguns ritos que devem ser respeitados e tem que ser assim. Então, a estimativa, dando tudo certo, é que realmente essas unidades vão ser inauguradas só no final do Governo do Léo Moraes. Só que eu não queria que essa população desassistida ficasse desassistida até lá. Então, a nossa ideia é assim, alugar. O conselheiro Diogo/ COREN/RO, essa semana nós estivemos em algumas unidades de saúde. Essas áreas descobertas, realmente existe uma carência muito grande para o atendimento. Agora, eu quero saber qual a modalidade vai ser contratada dessas equipes, desses profissionais, dessa estrutura de funcionamento que realmente tem a atender a população. Nós estamos contra a terceirização. Isso é um posicionamento do Conselho de Saúde, tanto dos municipais como estadual. E a gente mantém esse posicionamento, mas a gente também tem que ter a forma que a nossa população não pode desistir. **O secretário Jaime Gazola responde.** É, como eu falei, nós também somos contra a terceirização na saúde. É o nosso caso aqui. E a modalidade vai ser chamamento público. **O conselheiro César Correia/ CREMERO,** no município eu exerce a posição de diretor clínico da Policlínica Ana Adelaide. Aqui no local nós temos a modalidade tanto de médicos estatutários quanto médicos PJ. Eu quero parabenizar que é essencial aquele lançamento de função. Eu observo que a maioria dos pacientes que precisa de atendimento, são pacientes que seriam ficha azul ou máximo verde. Na maioria das vezes nós não triamos azuis. Ela já pula para a triamos como verde porque eles precisam ser atendidos naquele local. Eles não têm local para serem atendidos. E eu louvo a ideia de aumentar a atenção primária. E se essa atenção, se fazer isso, for para um médico PJ ou contratação, é uma ideia boa. Porque eu tenho a visão tanto de estatutário, defendo o concurso público, pois eu sou fruto disso, mas também eu vejo o lado do PJ. Quando a gente fala sobre atendimento, o meu médico estatutário rende um terço do que o meu médico PJ. Então, são dados que existem. E para atender uma população tão grande assim, eu acho que é uma boa solução. E eu preciso que essa atenção primária seja expandida. Obrigado. **A conselheira Iza Gurgel/ SEMS.** Quando as unidades básicas forem construídas com recursos do Ministério da Saúde, o executivo pensa em tocar a gestão de forma pública? O secretário Jaime Gazola responde. Independente do prédio alugado ou do prédio público, a gestão sempre vai ser nossa. A gente vai ter uma gestão até melhor, porque a gente vai ter uma gestão que faz algum tipo de cobrança que a gente não pode fazer com o estatutário. Então, a gestão não muda, se é o prédio alugado ou não. Se é o prédio alugado, ele só vai mudar que nós vamos conseguir fazer mais rápido. É só isso. Só pelo tempo. **O presidente Robinson/CMSPV.** Eu tenho uma dúvida, secretário. A partir do momento em que o senhor contrata uma empresa para fazer a gestão desses locais, como ficaria o repasse do Ministério da Saúde? Existiria esse repasse para essas equipes? O dinheiro seria pago exclusivamente pela Prefeitura? Ou seria feito como é feito nas demais equipes de saúde da família? O recurso é pago via o Ministério da Saúde junto com a Prefeitura? Como será esse recurso? E como será a gestão da SEMUSA em relação a essas equipes? Essas três equipes que serão vindas dessa empresa particular? Que tipo de gerência a SEMUSA vai ter sobre essas equipes? Sobre todo o trabalho que elas vão executar? É importante, eu acho, para os conselheiros saberem disso. **O secretário Jaime Gazola responde.** O CNES é da Unidade Básica do Orgulho do Madeira. Abriu amanhã. O CNES é do município, não é da empresa. Então, pouco importa. Aqui pode ser empresa A, empresa B, não sei lá. Pode vir o Einstein aqui. Mas, ainda assim, a gestão é pública. Então, o diretor da unidade vai ser a indicação da SEMUSA. Todas as linhas de cuidado da atenção primária, a gestão é da SEMUSA. Independente. Se lá na frente, a gestão, a gestão deste conselho, achar que não está bom, nós aumentamos o nosso recurso e a gente consegue tocar sozinho, então a gente pode tirar, a gente pode trocar, a gente pode fazer o que quiser. Mas, independente. E como é hoje, hoje está com Santa Marcelina, Santa Marcelina está operando, hoje vão operar 15 pacientes, a gestão toda é da SEMUSA. Então, nós fizemos a captação para a nossa atenção primária, fizemos o encaminhamento, regulamos, mandamos, fizemos a consulta pré-operatória no cirurgião lá no CEM, fizemos os pré-operatórios, foi aprovado e mandamos para a Santa Marcelina. Ele foi lá e executou. Então, a gestão disso é nossa. Nós não vamos cobrar, obviamente, nós não vamos ficar cobrando o médico A ou B, nós vamos cobrar o gestor daquela unidade que representa a empresa, mas nós vamos ter o nosso gestor para ficar cobrando os indicadores e a cobertura para qual é for escolha contratada. Então, essa é a ideia. Então, assim, não tem, com relação ao recurso, não tem perda. Como eu falei, o CNES é nosso. Então, por exemplo, o repasse do governo federal, a gente não vai perder absolutamente nada. Então, se ele paga R\$ 2.000,00 por dentista, o dentista vai estar cadastrado e nós vamos receber esses R\$ 2.000,00. Obviamente, a gente vai ter que complementar. Toda estrutura de RH por equipe custa aproximadamente R\$ 58.000,00. E o que o ministério passou para a gente, com a equipe de saúde do carro, custa R\$14.500,00. Então, obviamente, a gente sempre vai complementar. A gente sempre precisa complementar. Então, assim, para ser claro, a gestão é municipal porque a unidade vai ser do município, não é do município? É do município, mas não é da empresa A ou da empresa B. É do

município. Como eu falei, nós estamos contra a terceirização da atenção primária. Precisamos de complementação para esse vazio. As terciárias pontuais para essas três vão cantar. Em cinco a gente conseguisse fazer um esforço para realmente ficar com essas três e não deixar essa população desassistida. A conselheira Iza Gurgel/ SEMS. É só acrescentando alguma dúvida porque eu sei que alguns conselheiros não entendem um pouco da questão do financiamento. Está em torno de uns, até agora, uns R\$ 400 milhões que é repassado pelo governo federal para as quatro subfunções, que são a atenção básica, média e alta complexidade, gestão com SUS, vigilância e saúde. Tem a atenção especializada. Então, nós estamos na elaboração do PMS de 2026 a 2029 e que vai passar por esse conselho. A pergunta é, foi feito já os cálculos mediante esses repasses? Porque o que vai ser feito com a empresa é com recursos próprios, que vai ser repassado. O governo federal vai enviar mais para aqueles programas que foram patrocinados e programados conforme os repasses normais. Então, como é que fica essa questão do repasse para eles? Foi feito um levantamento de quanto isso vai custar para o povo do município? **O secretário Jaime Gazola responde.** Veja bem, o recurso da atenção primária vai ser por equipe satélites de saúde da família e por equipe de saúde local, indicadores e áreas de cobertura. Então, ele é basicamente fixo e vai melhorando de acordo com a maioria dos indicadores. E os nossos indicadores estão, vamos dizer, alguns muito ruins, alguns razoáveis, alguns considerados bons até. Então, não são 400 milhões. A nossa ideia é isso, que como ele custa em torno de 60 mil reais, a gente está falando em quatro equipes, que seria 60 mil reais vezes 4. Nós não temos dinheiro. Esse é um outro problema que eu nem comentei para vocês. Hoje, o nosso município de Porto Velho, no último censo, diminuiu sua população. Quando o município diminuiu a população, acontece o mesmo com produto interno do município, quando você diminui a população com a mesma quantidade, a renda per capita aumenta. Quando aumenta a renda per capita, a cota parte do que é distribuído para os municípios diminui. Então, o município de Porto Velho, além de nós trabalharmos com o planejamento do governo anterior, e tem que ser assim, porque as coisas não têm que parar quando transitam de um governo para outro, ainda assim, além disso, nós tivemos uma perda de 120 milhões do nosso orçamento. A SEMUSA perdeu 40 milhões. Então, assim, é uma forma rápida, moderna e criativa de realmente conseguir dar essa assistência. O recurso nós estamos fazendo, porque o cálculo de RH nós já temos, existe um outro cálculo que nós não temos ainda, que é o cálculo de quanto vai gastar o consumo, o medicamento, isso entra no pacote, nós já estamos fazendo esse levantamento. Mas, independente disso, o prefeito Léo tem uma visão muito voltada para a melhoria da saúde. Ele se comprometeu e falou assim, se for um caso para a gente complementar e conseguir atingir essas áreas tão carentes e tão deficitárias de saúde, a gente até fecha uma secretaria para levar para lá. Então, ele se comprometeu em se não houver o orçamento, que ele vai fazer o remanejamento do orçamento. Lembrando que existem para complementar o orçamento, mesmo que nós já estamos em 22%, gastando com saúde, mas a gente pode aumentar para 22, 23, 24, até 25. Tanto é isso, que nós vamos ter que abrir as três esse ano. Mas não, em sendo aprovado, se os senhores acharem que isso é vantajoso para o município de Porto Velho, a nossa ideia só é abrir o Orgulho do Madeira esse ano e deixar as outras duas unidades para o ano que vem, já com o orçamento mais estruturado, com o nosso planejamento, a gente recuperando um pouco os recursos que nós perdemos esse ano. Eu estou trabalhando agora junto com o superintendente do Ministério, para a gente ter uma possibilidade de até dobrar o nosso teto mac. Eu preciso até ampliar, que a gente está conseguindo bastante recurso no federal, não para a atenção primária, mas para a média e alta complexidade. Eu estou achando que a gente pode receber até um recurso acima do teto mac. **O presidente Robinson/CMSPV.** Algum conselheiro a mais que gostaria de fazer alguma pergunta sobre essa questão? Nós só estamos pedindo esclarecimento sobre a questão, nós não estamos discutindo, deliberando nada. **O conselheiro José Alves/ GLOMARON.** Eu gostaria de saber se vai haver uma previsão sobre concurso público? **O secretário Jaime Gazola responde.** Bom, para estartar esse emergencial, já tinha que fazer a abertura do concurso público. E nós já estamos esperando agora o desfecho do que nós estamos discutindo agora, para ainda na semana que vem, o Sérgio Paraguaçu, nosso secretário-geral de governo, já montar o nosso conselho do concurso, tanto do concurso da saúde, como de concurso para a Polícia Municipal, para a Guarda Municipal. Então, a previsão é essa. E isso já foi estartado, a comissão de concurso sendo instalada, a previsão até o trânsito legal, final, até o desfecho do concurso, na ponta, aproximadamente nove meses. Então, já está saindo. O conselheiro Diogo/ COREN, gostaria de saber se as unidades Manoel Amorim de Mattos e Três Marias que já estavam com toda estrutura física, equipamentos e equipes de recursos humanos previstos para ser atendidas pelo emergencial em curso, se vão ficar prejudicadas com esse plano? **O secretário Jaime Gazola responde.** Então, o emergencial, a gente vai fortalecer o Manoel Amorim de Mattos, como realmente precisa ser fortalecido, lembrando que o Castanheira vai ser todo derrubado, vamos ter uma nova unidade. E o Três Marias, aí sim nós vamos inaugurar, porque o que foi feito não foi a inauguração. A gente não inaugura o prédio, a gente inaugura o serviço de saúde, a gente tem que ampliar. Então, a nossa ideia é que uns 30 dias a gente espera que essas pessoas já estejam atendendo o chamamento e tomado posse, para, aí sim, inaugurar o Três Marias. **A conselheira Iza Gurgel/ SEMS.** A gente sabe que os agentes de endemias, no caso de uma emergencialidade, porque eles podem ser contratados, findo à calamidade pública, à emergencialidade, como é que ficaria o contrato desses agentes de endemias para o Porto Velho? Como é que você pensou nessa questão? Pode mudar a emergencialidade? **O secretário Jaime Gazola responde.** A emergencialidade, ela veio, e a gente conseguiu mais recursos com isso, mas nós não contratamos agentes de endemias por conta da emergencialidade. Foi por conta da necessidade. E hoje, a falta de agentes de endemias, de hoje, são mais de 100. Então, assim, uma coisa independe da outra. E agente de endemias está na área de vigilância, não está nem na área de atenção primária. Então, assim, existe uma desassistência, uma falta e uma necessidade de se manter. Isso aí independe. O que a gente tem que trabalhar é mais recursos para contratar mais agentes para poder fazer uma cobertura mais adequada. A gente sabe que Porto Velho é uma área com exceção territorial muito grande. A única capital do Brasil que tem fronteira com outro país. A maior capital do Brasil, com 13 distritos, um monte da beira do rio. Então, essas endemias muito específicas da Amazônia são muito presentes e a gente precisa deles. Então, assim, nem pensei sobre isso, porque a falta hoje não é grande. O que a gente tem que pensar é na ampliação. **O presidente Robinson/CMSPV.** Quando foi visto a possibilidade de abertura dessas três unidades, foi avaliada a questão da segurança? São locais extremamente perigosos, onde quem domina são as facções. Acho que nem a polícia tem total domínio desses locais. E aí, como que vai ser a questão da segurança? Vai ficar critério da empresa? Vai ficar critério da SEMUSA? Ou vai ser bilateral a responsabilidade? Porque são locais muito perigosos. **O secretário Jaime Gazola responde.** Bom, na época que teve os problemas e que mataram um monte de gente, que teve aquele problema, o governador deixou uma equipe permanente e ciclo regulado. E essa equipe está. Quanto ao Morar Melhor, quanto ao Cristal da Calama, quanto o Orgulho de Madeira. A ideia é que o policiamento da região seja feito pela polícia, pelo governo, já foi atualizado naquela época, e até agora está acontecendo, que eu tenho andado nessas localidades. E a segurança patrimonial interna da empresa, como nós fazemos hoje. A gente tem uma empresa de segurança patrimonial que cuida quanto a responsabilidade seria deles. **O presidente Robinson/CMSPV.** Bom, alguém teria mais alguma dúvida? Não? Bom, então vou dar seguimento à pauta conforme ela está definida, tá bom? **O presidente Robinson/CMSPV.** Da seguimento as pautas: **DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO.** Homologação das emendas impositivas municipal de Porto Velho. Quem vai apresentar essa pauta da gestão? **O secretário Jaime Gazola,** começa apresentação. Bom pessoal, a partir do ano passado, só para deixar todos os conselheiros na mesma página, foi implementado as emendas impositivas dos vereadores. Dessas emendas impositivas de vereadores, 50% é destinado à saúde. Então, este conselho agora vai ter uma dinâmica diferente, que é fazer aprovação para as entidades que fazem saúde dessas emendas impositivas de vereadores e passo a palavra para os representantes da empresa. Boa tarde. Eu sou o Vitor, sou um dos assessores da **INPESAM.** Vou apresentar aqui aos conselheiros. O **Instituto de Pesquisa e Estratégia de Saúde da Amazonia - INPESAM,** constituída em 27 de fevereiro de 2009; com objetivo de prestar serviços sociais e auxiliar as comunidades carentes diversos segmentos, na sua trajetória, se especializando na organização de eventos sociais de na área da Saúde, fazendo parcerias com instituições que são autorizadas a trabalhar saúde dentro dos critérios sanitários e de Saúde. A partir de 2024, ao INPESAM montou sua própria estrutura de atendimento oftalmológico e buscando parcerias para esse mesmo atendimento com vários ambientes de saúde no interior do estado de Rondônia e Amazonas. Com articulação em suas atividades do terceiro setor em parceria com o setores públicos e privados É uma pessoa jurídica de direito

privado, para fins não econômicos, de Ação de Saúde, Assistência Social, filantrópica, cultural, ambiental e educacional, é uma organização independente de qualquer vinculação político-partidária ou religiosa, assentada nos princípios da democracia, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, e da não discriminação de credo, raça, cor ou gênero. **LOCALIZAÇÃO:** O INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA EM SAÚDE DA AMAZONIA – INPESAM está situada Na Av. Calama nº. 6955 Bairro Aponiã, Cep. nº 76.829-150 e abrange toda a zona leste e Norte de Porto Velho, sendo a Zona Leste de Porto Velho a mais populosa e também a mais vulnerável economicamente. A **INPESAM** recebera os recursos das Emendas Impositivas Municipal dos vereadores, valores e locais das ações, conforme Plano de Trabalho apresentado e pautado - **ITEM 3.2.1 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO:** Emenda Impositiva Municipal nº 009/2024 do Vereador Paulo Tico Floresta – Processo: 00600-00024115/2025-88-e; no Valor: R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais) - Projeto Enxergar o Futuro de Porto Velho com Outros Olhos; **Local onde será realizadas ações:** Cidade de Porto Velho(RO), Zona Rural, Comunidade Agrilança, RO-005 (Estrada da Penal). Sede da Associação dos moradores da Comunidade Agrilança. **ITEM 3.2.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO:** Emenda Impositiva Municipal nº 085/2024 do Vereador Márcio José Scheffer de Oliveira – Processo: 00600-00025773/2025-97-e; no Valor: R\$ 550.402,00 (Quinhentos e Cinquenta Mil, quatrocentos e dois reais) - Projeto Olhar Social; **Local onde será realizadas ações:** Distrito de Rio Pardo – U.S.F. Vila Rio Pardo, s/n, e Escola Municipal de Ensino Fundamental do distrito de Rio Pardo, situada na Floresta Nacional (Flona) Bom Futuro, BR 364, Linha Caracol. **ITEM 3.2.3 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO:** Emenda Impositiva Municipal nº 023/2024 do Vereador Jurandir Rodrigues de Oliveira – Processo: 00600-00025811/2025-10-e; no Valor: R\$ 550.201,00 (quinhentos e cinquenta mil, duzentos e um reais) - Projeto Ver Melhor a Vida; **Local onde será realizadas ações:** Distrito de Jaci Paraná – U.S.F. Jaci Paraná, Rua Sebastião Gomes S/N. **ITEM 3.2.4 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO:** Emenda Impositiva Municipal nº 090/2024 do Vereador Roneudo Soares Ferreira – Processo:00600-00025757/2025-02-e; no Valor: R\$ 550.201,00 (quinhentos e cinquenta mil, duzentos e um reais) - Projeto Visão Futuro; **Local onde será realizadas ações:** Distrito de Rio Pardo – U.S.F. Vila Rio Pardo, s/n. **ITEM 3.2.5 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO:** Emenda Impositiva Municipal nº 024/2024 do Vereador Naidio Rai Gonçalves Ferreira Wagner – Processo: 00600-00025791/2025-79-e; no Valor: R\$ R\$ 550.402,00 (Quinhentos e Cinquenta Mil, quatrocentos e dois reais) - Projeto Bem Estar dos Olhos; **Local onde será realizadas ações:** Porto Velho (RO), linhas C 01, linha C 05 e linha C 30 da BR 319, sede da associação dos moradores da linha C 05. **ITEM 3.2.6 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO:** Emenda Impositiva Municipal nº 079/2024 do Vereador Isaque Machado – Processo: 00600-00025074/2025-47-e; no Valor: R\$ 550.402,00 (Quinhentos e Cinquenta Mil, quatrocentos e dois reais) - Projeto Enxergar O Futuro De Porto Velho Com Outros Olhos; **Local onde será realizadas ações:** Porto Velho (RO), Distrito de São Carlos. **ITEM 3.2.7 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO:** Emenda Impositiva Municipal nº 068/2024 do Vereador Everaldo Alves Fogaça – Processo: 00600-00027319/2025-71-e; no Valor: R\$ 550.201,00 (quinhentos e cinquenta mil, duzentos e um reais) - Projeto Observar, Saúde dos Olhos; **Local onde será realizadas ações:** Porto Velho: posto de saúde Bairros: Três Marias e Ulisses Guimarães, Aparecida, Rancho Maritana, Cidade Jardim, e nos distritos de Jaci Parana, Vila da Penha posto de Saúde destes distritos. Os projetos em si, contemplam o atendimento de consultas, exames, e entrega de óculos com as lentes adequadas que o oftalmólogo indicar. A conselheira Sabrina/SEMASF, pergunta se todas as emendas foram destinadas a mesma empresa? **O secretário Jaime Gazola, fala que** são várias entidades que foram feitas de destinação, só que as entidades, as outras entidades, não entregaram a documentação, tem uma série de requisitos. Quando eu cheguei aqui para vocês, porque a gente já fez esse filtro, a entidade já entregou a documentação que era necessária para poder receber o recurso público, e a entidade já fez o seu plano de trabalho. Então vocês vão me perguntar tá, mas aí o que acontece? Eles fazem essa captação, geralmente eles gostam de fazer um monte de trabalho com histologia, porque politicamente isso é importante para eles, existe uma necessidade, uma demanda muito grande no município, então essa entidade que está apta, já vem a fazer a apresentação para os senhores, e esses são os vendedores que destinaram esses valores de emenda. Então é isso, mesmo, nas próximas reuniões, talvez haja novas entidades. A conselheira Lais/ SEMED, pergunta se aquele projeto que estão entregando óculos, entra nesse aí? **O secretário Jaime Gazola.** Não, não, não, aquilo lá foi um recurso, aquilo lá foi um recurso que veio de fora, para comunidades carentes, que a gente fez uma complementação, e aí a gente aproveitou para fazer só, eu acho, com populações tradicionais, indígena, população quilombola e população ribeirinha. A gente quer até fazer uma ampliação, mas nada tem a ver com eles, essa entidade que veio foi uma entidade de Brasília, que já veio com o recurso e só complementou. A conselheira Gracilene/SEMED, pergunta se vai ser aberto para todos? Tipo assim, eu tenho uma escola lá que vai procura a empresa, para agendar, ou como é que funciona? O representante da empresa, **sr Alcirlei/INPESAM** responde. O projeto ele é aberto para toda a comunidade, porém tem uma diferença. A captação nossa é nas localidades informada por cada vereador, cada vereador ali que botou a emenda, ele tem a sua localidade, a maior localidade é Porto Velho, e outros vereadores são dos distritos, União Bandeirante, Jaci Paraná. Porém, quando uma verba é direcionado pela SEMUSA, então é pela SEMUSA para repassar para a instituição, eu não posso adentrar nas escola com esse projeto, eu posso ir com o líder comunitário do bairro e solicitar a ele que a gente vai atender. Então se a gente, eu não posso atender na escola, mas eu posso atender no posto de saúde do Aponiã, na associação do bairro Planalto. **O secretário Jaime Gazola.** Mas por que a gente não pode? Porque pode sim, ué. sr Alcirlei/INPESAM, a orientação é que a gente não faça isso nas escolas. Pode no posto de saúde, na associação do bairro, pedir ao líder comunitário, comunicar todos moradores, colocar na rede do WhatsApp, mas não quer que a gente adentre na escola. **O secretário Jaime Gazola.** Ah não, mas aí é uma situação política do vereador, é uma decisão política, não é que não pode, é uma decisão política dele, é outra coisa. Mas poder pode, lógico que pode. Eu acho que a gente pode discutir, de repente, fazer uma porta aberta como nós fazemos, só que nós temos uma regulação que a gente pode fazer encaminhamento de acordo com o bairro. A gente pode ter essa discussão. Acho que vale a pena a gente rediscutir esse plano de trabalho, se for o caso. Não vamos engessar, não vamos engessar, não vamos deixar tão engessado. Eu acho que vamos abrir pra discussão, de repente, fazer na escola. Mas assim, o plano de trabalho, ele é construído a quatro mãos. Essa emenda é uma emenda impositiva do vereador. Então, a decisão política é dele. Então, não é a SEMUSA, não é o conselheiro, é dele. Entretanto, tem alguns requisitos, tanto é que tem um monte de emenda que no ano passado se perdeu, a gente não queria perder, mas se perdeu por conta da entidade não ser séria, por conta de não ter um plano de trabalho adequado e não estar de acordo com as políticas do SUS e daquilo que a gente acha que é o mais importante. Então, isso eu acho que não pode ser engessado por isso. E eles têm isso. Então, por isso que eles chegaram até aqui na frente com vocês. Mas aqui a discussão, eu acho que vale a pena a gente discutir, mas assim, a aprovação de vocês não é do plano de trabalho. Eu peço e saibam qual é a entidade, pra vocês saberem se a entidade é séria, se não é séria e se ela tem a capacidade de realizar a ação com o recurso que vai ser destinado pra ela. Basicamente é isso. O conselheiro José Odair/ ASDEVIRON, eu gostaria de saber se esse projeto engloba também as pessoas que têm deficiência visual? A gente tem grande dificuldade desse serviço. A conselheira Maria Rita/ ARRCT, aqui na nossa pauta estamos discutindo sobre a questão desse recurso das emendas impositivas municipal que chega a quase 5 milhões. Aonde esta sendo apresentando o plano de trabalho. O secretário está discutindo a questão de futuros atendimentos. E, tipo assim, nós estamos, também falando do PSE, os estudantes desassistidos, mas também nós temos a nossa rede de atenção básica municipal, nas unidades de saúde, que, nessa questão da discussão, que elas produzam esses atendimentos, como vocês falaram, que tem os equipamentos, tem os profissionais médicos, profissionais técnicos, para fazerem o atendimento da população. Que as emendas dos vereadores colocaram a questão das localidades que eles querem que seja atendido, mas é um recurso maior e podem ser também atendido outras localidades. No município tem a central de regulação, que pode ser a questão das consultas, então, lógico, elas podem ser reguladas pela regulação do município, as consultas. Lógico, podem também incluir no PSE, quando você inclui na escola. Pergunto também se esse projeto, ele vai também atender deficiências visuais, se vai ofertar prótese ocular, alguns estão indo para Manaus, para poder colocar essas próteses, após a retirada do órgão, inclusive, também na questão da flexibilidade, da SEMUSA dos gastos desses recursos, para que a gente possa realmente sanar essa questão da deficiência de oftalmologia, de

atividade visuais também no PSE, também na nossa população, os demais, os idosos. Afinal é um recurso de quase 5 milhões. **O secretário Jaime Gazola.** Eu acho que é importante vocês saberem o seguinte, oftalmologia é alta e média complexidade, não é atenção primária, não quer dizer que se a gente quiser fazer no final de semana, não posso usar um equipamento público nosso, não há problema nenhum. Com relação a prestação de contas, apesar de ser uma entidade não governamental, não é a própria SEMUSA, não foi licitada nem nada, quem vai autorizar, quem vai assinar a prestação de contas deles no final, sou eu. Então, assim, é o meu CPF depois, de qualquer forma. Então, nós temos a obrigação de fiscalizar, então a gente não está dando um cheque em branco para eles usarem o recurso do jeito que eles querem. Existe um plano de trabalho, existe todo um protocolo, tanto é que demorou a emenda, o orçamento foi aberto dia 20 de janeiro, que dia é hoje? Hoje é 15 de julho que eles conseguiram entregar tudo, como existem outros também que talvez não entregue, não sei. Mas, assim, nós vamos fazer tudo de acordo como diz a legislação, com relação à obtenção do recurso, execução do serviço e prestação de contas no final. Então, com relação a isso, vocês fiquem tranquilos. Ninguém está dando um cheque em branco para ninguém. **O presidente Robinson/CMSPV.** Fala diretamente para empresa que esse conselho, como bem colocou aqui o secretário, ele é um conselho que visa a população de Porto Velho. Nós entendemos que a partir do momento que essas emendas são liberadas, o vereador está querendo fazer política em cima das emendas e está captando pessoas e fazendo propaganda do dinheiro público para conseguir a reeleição. A gente entende isso. Ninguém é bobo. Compreendemos isso perfeitamente. Porém, esse conselho não entende dessa forma. Esse conselho é totalmente ético e técnico. Então, ele jamais vai considerar que uma fração da população de Porto Velho vai ser beneficiada e a outra fração, que não faz parte das áreas descritas pelos vereadores que ofereceram essas emendas, não vai ser beneficiada. Nós jamais iríamos aprovar uma coisa dessa. Que fique claro para os senhores. São 4 milhões e 300 mil que os senhores vão receber de emenda para atender a população de Porto Velho. E quando nós falamos população, nós não falamos de nichos eleitorais. Para nós, isso é totalmente absurdo e nós jamais aprovaríamos tal coisa. E eu não falo como presidente, eu falo pelos conselheiros, porque eu conheço o conselho pelo qual eu presido. Então, essa fala do secretário nos deixa mais tranquilos de que esses pacientes serão regulados. Porque se não for assim, senhores, sinceramente, esse conselho não iria aprovar os senhores. **O secretário Jaime Gazola.** Eu acho que uma coisa que vocês têm que deixar claro é o seguinte, o vereador, nem vocês, vão escolher paciente. O paciente tem o trâmite para chegar, a gente não pode preterir um ao outro. Então, sim, a nossa felicidade é a regulação. A fila da regulação é SEMUSA. Não é vereador A, não é vereador B. A conselheira Noeli/ CRESS. Esse projeto que é realizado nesse atendimento oftalmológico, ele envolve a área toda de Porto Velho? ou eu fiquei meio confusa, ou distrito X? porque não ficou claro para a gente, não sei se eu entendi ou não, porque no início era para os distritos, aí agora é para a comunidade de Porto Velho, então a gente precisa ficar bem claras, porque se nós vamos aprovar, não vamos aprovar para atendimento aos distritos, a comunidade de Jaci, a comunidade de São Carlos ou Rio Pardo, não sei bem em quais pontos são selecionados, mas ali eu vi que está escrito comunidade geral de Porto Velho, mas em outro local eu atendi, o link é específico para alguns distritos. A sra Caris/ASTEC/SEMUSA, pede pela ordem, pela mesa, por gentileza, são perguntas que eles não têm capacidade de responder, eles são prestadores. Eles não vão poder atender o que eles desejam, a SEMUSA pela sua fila de regulação, vai preparar o sistema de regulação. **O presidente Robinson/CMSPV.** Concordo parcialmente com a sua fala Primeiramente, concordo com a sua fala, acho que a sua fala está corretíssima. Essa é uma discussão técnica, que a senhora, quem tem que definir e a SEMUSA através da regulação e tudo mais, mas não foi a fala da empresa. Que fique claro que foi do que a empresa falou, está gravado. E a empresa não disse isso. Tanto não disse, que o secretário teve que intervir na fala da empresa, eu tive que intervir na fala da empresa. A conselheira está coberta de razão. Não teve um esclarecimento de qual são as áreas que vão ser atendidas. Porque, tudo bem, está escrito lá, comunidade geral do município de Porto Velho. Mas, eu nem sei se está escrito no projeto, mas segundo ele, ela viu aí alguns distritos relacionados. E isso não é compatível com o que a área técnica deveria colocar. O plano de trabalho não deveria constar isso. Você concorda comigo? Exatamente. Porque vai parecer que o que acontece que só vai atender o que o vereador deseja que seja atendido, não é assim? E isso nós não vamos concordar. Eu sinto muito a empresa, eu sinto muito a gestão, mas nós não vamos concordar que esse conselho vire palco político de vereador. Isso não é técnico e isso não contempla a população de Porto Velho. **secretário Jaime Gazola.** Mas a gestão não apoia isso não. **O presidente Robinson/CMSPV.** Que bom que a gestão não apoia. Porque, infelizmente, foi talvez uma fala infeliz da empresa, mas foi isso que a empresa disse. Eu vou deixar a empresa agora para esclarecer a pergunta da conselheira. O sr Vitor/ **INPESAM.** Então, são sete processos, cada processo desse e aí, é uma questão que a gente discutiu aqui, parece que nós não temos problema nenhum de refazer o plano de trabalho e já trazer esses dados da regulação e dizer onde vai ser feito, porque o nosso problema não é onde vai ser feito, o nosso problema é fazer bem feito e entregar aquilo que a gente está propondo. Então, a gente não tem esse problema. Refazer o plano de trabalho? Sem problema nenhum. Discutir com a secretaria? Muito menos. Então, sem problema nenhum, a gente faz isso. Ouve uma indicação, por exemplo, para Jaci Paraná, é uma indicação de um dos processos e é pago uma indicação de outro processo. São Carlos, distrito da baixa madeira é um outro proposta de processo. Estrada penal, os dois possíveis da estrada penal aqui da Aliança e Terra Santa, é outra proposta. Mas, se essa proposta vem do vereador, nós podemos, dentro do poder público da SEMUSA, refazer esta proposta. Sem problema nenhum para nós. O sr Alcirlei/**INPESAM,** Lembrando que a área técnica da Secretaria de SEMUSA, quando estava elaborando o projeto, ela falou que a gente ia buscar via SUS e atender a regulação. A própria Secretaria de Saúde, no começo, quando a gente estava elaborando o projeto, pediu que fosse dessa forma, não da forma que nos foi colocado. Foi indicação deles, só que a gente execute dessa forma. Via SUS. Para ficar até registrada, até a gente achou muito bom, porque com a prestação de conta nossa, fica ótimo Porque está tudo lá dentro do via SUS. A gente não tem problema justamente nessa forma. **secretário Jaime Gazola.** Não tem problema ser Rio Pardo, ele pode fazer essa indicação, não há problema, desde que respeite a nossa regulação, até porque a gente sabe que é difícil o cara sair de lá para vir aqui. Não há problema na outra localidade, o problema é essa regulação ser doente que não seja a regulação da SEMUSA, tem que ser o SISREG da SEMUSA, essa é a questão. **O presidente Robinson/CMSPV.** Fala que a questão aqui é que o próprio plano de trabalho deles já está direcionando. E aí a gente está pedindo para que a instituição, desculpa, eu não vou mais falar empresa, eu vou falar instituição, que a instituição refaça o plano de trabalho e tire esse direcionamento que está aí no plano de trabalho. E deixe, para a regulação, do SISREG da SEMUSA definir os encaminhamentos desse próximo mês. Que aí fique em forma transparente. Aí não será um direcionamento político, será um direcionamento técnico. Mas não é isso que está no plano de trabalho. Por isso que a gente está questionando. A SEMUSA é parte desse conselho, é uma parte extremamente importante, O secretário, ele tem cadeira cativa dentro do conselho, mas esse conselho, ele é totalmente independente. E ele é um órgão fiscalizador da gestão, e quando as técnicas me questionam que essa discussão não é técnica, que eu não poderia entender, eu interiro sim. Porque é o meu direito como presidente desse conselho verificar quando alguma coisa está inconsistente. E era o que aconteceu aqui nesse plano de trabalho dos senhores. Por isso que eu interiro. Mas eu tenho certeza que o trabalho dos senhores e senhoras será de extrema importância no quadro município de Porto Velho. Serão 4.400 consultas, 2.884 óculos. Isso tem uma relevância para a saúde de Porto Velho extremamente importante. E nós jamais deixaríamos algo tão relevante passar em branco. Se todos os conselheiros e conselheiras estiverem devidamente esclarecidos, eu vou colocar em votação essa pauta. E aí eu já coloco a pauta do item 3.2.1 e a 3.2.7 em votação. Senhores, concordam? Alguém tem alguma dúvida? Esse é com ressalva de eles refazerem o plano de trabalho colocando o SISREG do município como fonte de indicação para os pacientes. Certo? Coloco a pauta em votação. Todos os conselheiros que concordam com as emendas impositivas fiquem como estão. Quem não concorda, levante a mão. Aprovado por unanimidade por este conselho. **O texto segue para a secretaria executiva deste conselho para sua confecção, assinaturas e publicações.** **O presidente Robinson/CMSPV.** coloca o item 3.2.8 da pauta do dia para votação - **DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO:** Ampliar a atenção primária em saúde nos vazios assistenciais através das Organização Social de Saúde (OSS). 1 - Quem concorda com o chamamento público para as três unidades que serão abertas, Cristal da Calama, Morar Melhor e Orgulho do Madeira. As instituições que concordam, levantem a mão. As instituições que concordam em que a SEMUSA faça o chamamento público para a

contratação das empresas para poder gerenciar as unidades Cristal da Calama, Orgulho do Madeira e Morar Melhor, levantem a mão. Quem não concorda, fica com a mão abaixada. As entidades: SEMUSA; SEMED; SEMASF; CRESS; CREMERO; ARRCT; GLOMARON; NACC e ASDEVRON – Votaram a favor da contratação das empresas para poder gerenciar as unidades Cristal da Calama, Orgulho do Madeira e Morar Melhor , POR CHAMAMENTO PUBLICO. As entidades: COREN/RO e SINTES - Votaram contra a contratação das empresas. E a entidade: SEMS pediu abstenção. Então fica APROVADO por maioria de votos por este conselho o item 3.2.8 da pauta do dia. **O texto segue para redação da Resolução de Conselho.** O presidente Robinson/CMSPV, agradece a participação de todos os presentes, encerrando a reunião com a tradicional foto dos conselheiros presentes. Por fim lavro a presente ata que após aprovada em plenária da próxima reunião deste colegiado segue para assinatura do Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, e sua publicação.

Porto Velho, 15 de julho de 2025

Robinson Cardoso Machado Silva

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV



Documento assinado eletronicamente por **Robinson Cardoso Machado Silva, Presidente**, em 21/01/2026, às 13:35, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0398065** e o código CRC **5D9457A3**.



005.000391/2026-60

0398065v3